

Reforma é aprovada com folga

Lira e relator previam vitória um dia antes

DEBRASÍLIA

A Câmara aprovou na noite de ontem, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma tributária. O texto teve 382 votos a favor (eram necessários, no mínimo, 308) e 118 contra, com três abstenções.

O placar folgado veio depois da apresentação de uma terceira versão pelo relator da proposta, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), com a ampliação da lista de setores beneficiados pela alíquota reduzida dos novos impostos. O texto também trouxe uma definição sobre as configurações e as atribuições do Conselho Federativo - uma demanda dos governadores.

As discussões para a racionalização do sistema de impostos no País já duram

quase três décadas, atravessando diversos governos e Congresso, mas sempre travaram na resistência de setores econômicos e de estados e municípios.

Pela proposta aprovada, o desconto sobre a alíquota do futuro Imposto de Valor Agregado (IVA, que se dividirá em contribuição e imposto de Bens e Serviços/CBS e IBS) subiu de 50% para 60%. O percentual pa-



Deputados comemoram 382 votos a favor e 118 contra: pressão de bolsonaristas não funcionou contra projeto que nasceu no governo passado

ra a alíquota cheia, que é o que vai recair sobre o preço dos produtos, está estimado em 25%. A redução beneficia agronegócio, saúde e educação. Após ter seus pedidos atendidos, a bancada ruralista anunciou apoio ao texto debatido na Câmara.

HOTÉIS E RESTAURANTES

Também foram incluídas novas atividades na lista de

setores que terão tratamento diferenciado de tributação, sem incidência do novo Imposto sobre Valor Agregado - serviços de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos, restaurantes e aviação regional. A taxa diferenciada era inicialmente destinada ao setor financeiro, cooperativas e combustíveis.

As inclusões são resulta-

do do forte lobby acionado pelos setores econômicos em Brasília nos últimos dias. Segmentos de serviços queriam regimes diferenciados para quem têm gastos elevados com a tributação incidente na folha de pagamentos.

NEGOCIAÇÕES

O dia foi marcado por várias reuniões entre o presi-

dente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e líderes para destravar a votação. Na noite de ontem, Lira afirmou que não havia "a possibilidade" de adiar o tema e que o PL havia decidido orientar sua bancada a votar contra o texto, mas sem fechar questão (preferência liberada), isolando a oposição de bolsonaristas. (Estadão Conteúdo)